

DOS PROBLEMAS DE IMPERFEITA SIMETRIA*
Rodolfo Ilari (UNICAMP)

O leitor está provavelmente familiarizado com a escola *semântica* conhecida como "*semântica argumentativa*", uma linha de investigação que se desenvolveu entre nós a partir de 1970, sob a influência dos cursos e dos escritos de Oswald Ducrot, e que teve como momentos mais significativos, enquanto investigação da língua portuguesa, O intervalo semântico (Vogt, 1977) e Linguagem, pragmática e ideologia (Vogt, 1980).

Entre os numerosos resultados alcançados por esta escola está o de ter mostrado que certas orações que aparecem como sinônimas à primeira vista diferem profundamente em suas condições de emprego, e precisam finalmente ser distinguidas por uma teoria lingüística abrangente. Um dos tantos exemplos é o das orações:

- (1) Pedro é ainda mais forte que José
- (2) José é ainda mais fraco que Pedro

Suas condições de verdade são idênticas, e seria por isso de esperar que se revelassem intercambiáveis em qualquer contexto ou situação. Ora, para os autores da "*semântica argumentativa*", toda oração deve ser pensada como parte de um processo de negociação de conteúdos em que um falante procura levar seu interlocutor a aceitar determinadas conclusões. Em face de uma conclusão visada, duas orações distintas e semanticamente independentes podem constituir argumentos com força argumentativa diferente, pelo que se dispõem numa espécie de gradação ou "escala". A noção de escala, alegam os autores da *semântica argumentativa*, é indispensável para explicar o papel de certas partículas, como até, mesmo, ou ainda. Dizer

- (3) Ao enterro do barbeiro compareceu o comandante da região militar e até mesmo o governador

* Publicado em Ensaio de Lingüística 9. Belo Horizonte: UFMG, pp. 94-120 em 1983, este texto é republicado aqui para permitir aos leitores acompanhar o debate travado com K. Rajagopalan (ver "Quando '2+3' não é igual a '3+2': a *semântica* e a *pragmática* das construções simétricas em língua natural, pp. 67-96).

é apresentar (5) como um argumento mais forte do que (4) em favor da conclusão a que se pretende levar o ouvinte (verossimilmente: a conclusão de que a morte do bombeiro teve uma forte repercussão):

- (4) O comandante da região militar compareceu ao enterro do bombeiro
- (5) O governador compareceu ao enterro do bombeiro.

Evidentemente, para essa escola, descrever as condições de emprego de uma oração é em grande parte:

1. delimitar o conjunto das orações para as quais pode servir de argumento;
2. localizá-la corretamente na escala que organiza e hierarquiza a classe argumentativa de cada conclusão (isto é: o conjunto de orações que se podem utilizar como argumentos para uma mesma conclusão).

Pode parecer uma tarefa impossível, mas algumas constatações emergem particularmente claras na análise da "semântica argumentativa", e uma dessas constatações é que (1) intervém um processo argumentativo tal que, dado (6), o locutor pretende chegar à conclusão (7); ao contrário, (2) entra num processo argumentativo em que, dado (8), o locutor visa (9): nos respectivos processos, dizem Vogt e seus associados, (1) e (2) são usadas corretamente e soam apropriadas; não são intercambiáveis de processo a processo: (1) seria inapropriada no processo (B) e (2) no processo (A)

Processo argumentativo (A)

- (6) O jogo contra José foi difícil
- (1) Pedro é ainda mais forte que José
- (7) O jogo contra Pedro vai ser difícil

Processos argumentativo (B)

- (8) O jogo contra Pedro foi fácil
- (2) José é ainda mais fraco que Pedro
- (9) O jogo contra José vai ser fácil.

Em suma, e em outras palavras, (1) e (2), a despeito de serem idênticas quanto às condições de verdade, pertencem a classes argumentativas distintas: se (1) autoriza a concluir um determinado predicado a propósito de Pedro ("o jogo contra ... vai ser difícil), (2) autoriza a concluir de José o predicado contrário.

Esta análise da semântica argumentativa questiona uma aparência de sinonímia mostrando que as duas orações aparentemente sinônimas não se equivalem em seus usos. Acumulando situações deste tipo, a semântica argumentativa advoga a tese

de que uma semântica atenta apenas ao sentido literal não esclarece o fenômeno da interpretação e mostra a necessidade de um componente pragmático ou, como preferiu dizer Ducrot, retórico.

Nesta comunicação pretendo apontar dois outros casos de sinonímia fracassada: o sentido geral de minha exposição corre, portanto, paralelo ao exemplo de Vogt. Penso porém que convém deixar claro desde o início que a explicação não parece ser a mesma.

1. Simetria e proeminência

Introduzo a primeira ordem de fatos por meio do diálogo que me chamou a atenção para eles. Certa vez, perguntando (10) ao Dr. C.S., obtive dele, para minha surpresa, a resposta (11):

(10) Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo.

(11) Não, o Paulo é que trabalha na mesma sala que eu.

Havia muitas coisas a estranhar nessa resposta. Em primeiro lugar, se considerarmos as condições de verdade de

(11) a. X trabalha na mesma sala que Y

(11) b. Y trabalha na mesma sala que X

elas coincidem, e isso torna estranho o não com que começa a resposta (11). Em contextos de piada são eventualmente possíveis diálogos como

(12) Você conhece o Carlos?

(13) Não, trabalhei 5 anos na mesma sala que ele.

Mas C.S. não estava fazendo brincadeiras: nunca faz, aliás; é um procurador do Estado que fala e age como um procurador do Estado. (11) apresentava-se, inclusive entocionalmente, como uma correção de (10): estranha correção, que consistia, à primeira vista, em reafirmar o erro. Na realidade, no contexto, a intenção de C.S. era bastante clara: a sugestão implícita em (11) era que Paulo, a despeito de ser mais idoso, e mais popular no círculo de amigos, tinha chegado ao cargo de procurador do estado ao cabo de uma carreira longa e menos brilhante, e passara a ocupar muito recentemente a sala em que C.S. trabalhava há anos.

Como explicar, lingüisticamente, essa resposta e a sua interpretação? Penso que o lingüista poderia ser tentado a seguir uma das três linhas seguintes:

1. abrir mão da equivalência de (11a) e (11b), e recorrer ao mecanismo das restrições seletivas;
2. propor para "trabalhar na mesma sala que" algum tipo de decomposição lexical que justificasse o efeito considerado;
3. defender a sinonímia no nível literal e invocar algum procedimento, por exemplo o das implicaturas conversacionais, que origine um "sentido do locutor".

Examinemos uma por uma essas hipóteses.

1.1. A oração

(14) O Zezinho puxou pelo Pedro: tem os mesmos pés chatos.

é ou não razoável dependendo de Pedro ser um antepassado de Zezinho. Para que qualquer frase contendo o verbo puxar (por) significando semelhança faça sentido, é preciso que o indivíduo identificado pelo sujeito descenda em linha direta do indivíduo identificado pelo objeto. Supondo que (14) invertesse a relação genealógica em questão, seria passível de uma correção semelhante à de (10 - (11):

(14) O Zezinho puxou pelo Pedro: tem os mesmo pés chatos.

(15) Não, foi Pedro que puxou pelo Zezinho: o Zezinho é que é o pai.

A exigência que se faz a puxar pode ser formulada em termos de pressuposições lexicais, na medida em que é uma exigência normal e constante de todos os empregados de puxar por; e analogamente se podem atribuir pressuposições lexicais a imitar, copiar, plagiar, colar (um desenho) etc.

No caso de (11), entretanto, o recurso das pressuposições lexicais não dá uma explicação adequada. Um problema é que o efeito em questão (sugerir que um dos dois indivíduos que ocupam a sala é ocupante mais antigo) não é um ingrediente obrigatório de "... trabalhar na mesma sala que ...": aparece em (11), não aparece em

(16) Paulo e C.S. trabalham na mesma sala.

Outro problema, de natureza parcialmente técnica, é que não fica claro, sintaticamente, a que item lexical deveriam ser atribuídas as pressuposições no caso: "... trabalhar na mesma sala que ..." é uma expressão complexa, e, sob pena de tornar-se ela própria infinita, uma teoria semântica precisa formular as restrições de seleção, as pressuposições lexicais e, em geral, todas as propriedades semânticas como propriedades de expressões atômicas ou processos básicos de construções gramaticais. Evidentemente, nenhuma teoria semântica pode comprometer-se a tratar de maneiras diferentes as ocorrências de mesmo em orações como: "A trabalha na mesma sala que B",

"A trabalha numa sala em que toca a mesma música que na sala em que trabalha B", "A trabalha numa sala em que toca uma música gravada pela mesma banda que toca a música que se ouve na sala em que trabalha B", etc. Nesse sentido, "... trabalha na mesma sala que ..." difere sintática e semanticamente de "... é parecido com ...", "... puxou por ...", "... imitou ...", ainda que todos esses verbos se prestem a evocar efeitos de sentido semelhantes.

1.2. Pode parecer plausível que se tente uma explicação baseada em alguma tentativa de decomposição lexical.

(17) Bernardo e Bianca desquitaram-se.

deveria ser equivalente tanto a (18) como a (19)

(18) Bianca desquitou-se de Bernardo.

(19) Bernardo desquitou-se de Bianca.

ao contrário, (17) é menos informativa que qualquer uma das duas outras: e "correções" como a de (10)-(11) são possíveis envolvendo as duas últimas.

(20) Soube que o Bernardo se desquitou de Bianca.

(21) Não, foi a Bianca que se desquitou do Bernardo.

A explicação para a falhada sinonímia de (18) e (19) aparece quando se representa desquitar-se de como um predicado complexo do ponto de vista semântico, compreendendo um elemento de causatividade, um agente causador e um estado resultante. Suponho que atribuímos a desquitar-se de a descrição semântica

(22) x CAUSA (PASSA A VIGORAR QUE (NEG (x vive maritalmente com y)))

pode-se facilmente compreender que, embora (18) e (19) descrevam o mesmo "estado resultante", atribuem iniciativa que produz esse estado alternativamente ao marido ou à mulher. Analogamente explicar-se-iam

(23) Não fui eu que me afastei dele; foi ele que se afastou de mim.

(24) Não foi ele que se desentendeu comigo; fui eu que me desentendi com ele.

Infelizmente essa explicação não é paradigma adequado para (10)-(11) e a razão é que o componente de causa que a análise explícita em desquitar-se de, afastar-se de, desentender-se com falta em trabalhar na mesma sala que.

1.3. Numa perspectiva griceana, é espontâneo sugerir que o conteúdo semântico que nos chamou a atenção em (11) sai como implicatura conversacional. De fato, o diálogo (10)-(11) realiza a principal condição para a formação de implicaturas conversacionais, a saber, a irrelevância do sentido literal. Como vimos, (11) retoma anaforicamente o conteúdo proposicional da pergunta (10), para declará-lo falso ("Não,") e em seguida acrescenta como alternativa esse mesmo conteúdo, agora assertado como verdadeiro. (11) é, em si, uma oração contraditória, e é sabido que frases que contêm obviedades, contradições ou falsidades evidentes nos soam geralmente inadequadas como respostas, e desencadeiam por isso mesmo o processo de reinterpretação ao cabo do qual formulariam implicaturas conversacionais. Segundo esta explicação, o diálogo (10)-(11) seria análogo a

- (25) Meu primo aplica injeção de tempero no gado para melhorar o gosto da carne.
- (26) E meu avô põe para chocar ovos cozidos para nascer frango assado.

Mas para (10)-(11) e análogos o recurso às implicaturas conversacionais não parece tampouco ser o indicado. O problema é, no caso, a extrema previsibilidade dos conteúdos que se derivariam: considerem-se os exemplos abaixo (a série é propositalmente extensa):

- (27) a. O protótipo tem o mesmo defeito de fabricação que as peças fabricadas em série.
- b. As peças fabricadas em série têm o mesmo defeito de fabricação que o protótipo.
- (28) a. As notas impressas pelo Departamento do Tesouro são feitas com o mesmo papel que as notas falsas apreendidas recentemente pela polícia.
- b. As notas falsas apreendidas recentemente pela polícia são feitas com o mesmo papel que as notas fabricadas pelo Departamento do Tesouro.
- (29) a. Luís Napoleão usou os mesmos bigodes que se tornou moda os franceses usarem na 2a. metade do sec. XIX.
- b. Durante a segunda metade do século XIX tornou-se moda os franceses usarem os mesmos bigodes que Luís Napoleão (usava).
- (30) a. Napoleão cometeu em 1812 o mesmo erro que a Alemanha nazista ao invadir a Rússia em 1944.
- b. Ao invadir a Rússia em 1944, a Alemanha nazista cometeu o mesmo erro que Napoleão em 1812.
- (31) a. A Vênus de Milo tem as mesmas medidas que as moças que ganharam os primeiros concursos de Miss Universo.
- b. As moças que ganharam os primeiros concursos de Miss Universo tinham as mesmas medidas que a Vênus de Milo.

Com base em todos esses pares de orações se podem construir diálogos como aquele que descrevi em (10)-(11); mas as chances são mais fortes de que o diálogo comece com uma das frases da série a., e venha em seguida uma correção na forma de uma variante de b. contendo é que; ao passo que o inverso é pouco provável, cp.

(31) c. A Vênus de Milo tem as mesmas medidas que Miss Bahia '77.

Não, Miss Bahia 77 é que tem as mesmas medidas que a Vênus de Milo.

d. (?) Miss Bahia 77 tem as mesmas medidas que a Vênus de Milo.

Não, a Vênus de Milo é que tem as mesmas medidas que Miss Bahia '77.

O que justifica a diferença dos vários diálogos que se podem construir a partir das orações (27)-(31) é que dos dois indivíduos que se comparam um constitui por assim dizer um "precedente ilustre" ou um "exemplo melhor". Uso o termo "precedente" de propósito, para tirar proveito da vagueza dessa expressão. De fato, não há homogeneidade total entre os vários exemplos; e na série (27)-(31) pelo menos três casos precisam ser considerados:

1. Um dos indivíduos comparados tem proeminência experiencial maior; é tão obviamente reconhecido como um exemplo típico de sua categoria que soa estranho que se possa aprender algo notável a seu respeito comparando-o com outro;
2. Em outros casos, há uma relação mais ou menos óbvia de causa e efeito (por exemplo, a semelhança entre notas verdadeiras e falsas é proposital numa direção determinada);
3. Em outros casos ainda deve ser considerada uma forma de precedência cronológica ou histórica, etc.

1.4. Até o presente momento, deixei de chamar a atenção para o fato de que a correção contida em (11) se exprime por meio da locução é que. Há uma teoria aparentemente correta, que procurei defender em outro trabalho (1982) mas que tem sido proposta anteriormente por autores como Ducrot (1972) e Lakoff (1968) segundo a qual é que (e seus correspondentes nas línguas estudadas por aqueles autores) separa na interpretação da oração dois níveis de informação, algumas das quais são assertadas ou postas e outras pressupostas. Aplicada a (11), essa teoria resulta em distinguir

I. Pressupostas: alguém trabalha na mesma sala que C.S.

I. Postas: esse alguém é o Paulo.

Em outras palavras, à locução é que está reservada a função semântica de singularizar uma determinada posição de FN dentre as que acompanham o verbo da oração, destacando seu referente. Se, na oração em questão, se singulariza a posição de sujeito e se destaca o fato de que a expressão que desempenha esse papel identifica Paulo é porque

não é indiferente, em (11a) e (11b), utilizar Paulo ou C.S. nesse papel, e a diferença parece ser que, se um dos dois indivíduos tem uma proeminência experiencial maior, seu nome deve aparecer na posição de objeto; e (11) insinua dessarte que "trabalhar na mesma sala que C.S." define nos fatos um ponto de referência mais legítimo do que "trabalhar na mesma sala que Paulo".

Deveros por isso entender que os vários predicados complexos que se podem construir por meio de mesmo são assimétricos na totalidade de seus empregos? Deveros ao contrário entender que eles são simétricos em alguns empregos e assimétricos em outros? A primeira saída não faz justiça ao fato de que numa série de casos a escolha do sujeito é sem importância; a segunda saída não faz justiça à impressão de que temos um único predicado semântico, e não dois, a despeito do efeito de sentido discutido.

Habitualmente, dilemas deste tipo são resolvidos por uma decisão que atenta sobretudo para exigências gerais que se fazem à análise, por exemplo, que ela seja o mais possível abrangente ou o mais possível simples; mas no caso em foco esses meta-critérios são de pouca valia. Volto ao problema dessa decisão depois de considerar a segunda série de exemplos de sinonímia fracassada.

2. Um outro tipo de oração em que pareceria legítimo esperar uma simetria perfeita entre duas FNs são as chamadas "orações equacionais", isto é, orações baseadas no emprego do verbo ser de igualdade definidas pela estrutura sintática

FN₁ ser FN₂

e pelo fato de que é admitida a reversão para FN₂ ser FN₁. Note-se que por essa definição (32) é uma oração equacional e (33) não é:

(32) O Jeremias é o ídolo das meninas da graduação
(cp. "O ídolo das meninas da graduação é o Jeremias.")

(33) Esse vizinho tem sido um pai para o Jeremias
(cp. a estranheza de "Um pai para o Jeremias tem sido esse vizinho").

Uma análise espantosamente detalhada das orações equacionais do inglês (equative) é encontrável nas Notes de M.A.K. Halliday (1967). Muito dessa análise aplica-se também a outras línguas, e o quadro geral que ele traça nos serve para expor mais um caso de imperfeita simetria. Convém assim que a resenharos por alto.

Segundo Halliday, na análise completa de uma oração equacional se superpõem várias segmentações, correspondentes a papéis estruturais distintos:

A - uma segmentação em identificando e identificador (o identificador é a FN que corresponde à palavra interrogativa da pergunta natural apropriada

para a oração: Quem é o chefe? Pedro é o chefe (identificador: Pedro)
 Pedro é quem? Pedro é o chefe (identificador: o chefe)

B - Uma segmentação em sujeito e predicativo do sujeito ou, com Halliday preferiria dizer, em variável e valor (em contextos nos quais não há diferença de número e pessoa, a ligação de Halliday autoriza a tomar como critério a segmentação entoacional da pergunta natural associada). Esta segunda segmentação superpõe-se à que foi exemplificada no item anterior; é preciso, portanto, desdobrar cada uma das análises propostas naquele item:

Quem é // o chefe? Pedro é o chefe
 (Pedro como identificador e valor)
 Quem // é o chefe? Pedro é o chefe
 (Pedro como identificador e variável)

C - uma outra constatação é relativa à ordem em que ocorrem na oração os constituintes das duas segmentações acima: a variável pode preceder ou seguir o valor; o identificando pode preceder ou seguir o identificador.

Há ao todo 8 maneiras como Pedro e o chefe podem correlacionar-se numa oração equacional, distintas pelo fato de que um dos termos, digamos Pedro, se caracteriza como variável ou valor, identificando ou identificador, primeiro ou segundo termo a ordem linear. Na realidade, as alternativas de análise possíveis para Pedro dão, em negativo, alternativas de análise para o chefe. Por isso, os tipos de oração equacional se reduzem efetivamente a quatro, que Halliday distingue utilizando a terminologia operativo/receptivo e encoding/decoding: uma oração equacional é operativa quando adota a ordem valor/variável, receptiva em caso contrário; é encoding quando a variável coincide com o identificador, decoding em caso contrário. O quadro (34) resume a sistematização de Halliday, que é reconhecidamente abstrusa, pouco intuitiva à primeira vista:

	(34)	sim: receptivo	A variável coincide com o identificando?	sim: decoding receptivo
A ordem é variável/valor?		não: operativo	A variável coincide com o identificando	não: encoding receptivo sim: decoding operativo não: encoding operativo

Segundo Halliday, há uma diferença (de sentido ou de uso) a ser consi-

derada entre as alternativas encoding e decoding; ou seja, as orações assumiriam um valor diferente conforme o identificando coincide ou não com a variável (= o sujeito gramatical). Como evidência, alega estas orações do Inglês, distintas pela escolha do sujeito gramatical (veja-se a concordância):

- (35) Which is you? / Which are you?
- (36) Which am I? / Which is me?
- (37) Who can the leader be? / Who can be the leader?

É provável que diante de uma fotografia antiga não seja indiferente perguntar

- (38) Quem // é a tia Filismina?
- (39) Quem é // a tia Filismina?

Mas a alternativa coding se revela necessária para descrever um outro tipo de estrutura: se utilizarmos a entoação e a concordância de pessoa como critério do sujeito gramatical, e construirmos orações equacionais por meio das FNs Alice e eu, teremos oito possibilidades lógicas, organizadas como no quadro (40):

- (40)
 - i. Quem vai ser / Alice?
(S)
Decoding operativo: Alice vai ser eu (A)
Decoding receptivo: Eu vai ser Alice (B)
 - ii. Quem / vai ser Alice?
(S)
Encoding operativo: Eu vou ser Alice (C)
Encoding receptivo: Alice vou ser eu (D)
 - iii. Quem vai ser / você?
(S)
Decoding operativo: Eu vou ser Alice (E)
Decoding receptivo: Alice vou ser eu (F)
 - iv. Quem / vai ser você?
(S)
Encoding operativo: Alice vai ser eu (G)
Encoding receptivo: Eu vai ser Alice (H).

Imaginemos agora as duas situações S_1 e S_2 , descritas como segue:

S_1 = vai representar-se uma peça, decalcada na história Alice no país das maravilhas; as orações acima fazem parte de um diálogo ao longo do qual os intérpretes se informam reciprocamente sobre a distribuição dos papéis, um dos quais é precisamente o papel de Alice.

S_2 = Um grupo de alunos, entre os quais Alice, vai representar uma farsa imitando os professores do colégio. O diálogo que se passa entre os professores, objeto dessa imitação, inclui as orações (A) - (H) acima.

Referida a S_1 e S_2 as orações do quadro (40), sua aceitabilidade resulta afetada. O quadro (41) resume que orações são aceitáveis em cada situação:

	Em S_1		Em S_2	
(41)	Operativo	Receptivo	Operativo	Receptivo
Encoding	C	D	-	-
Decoding	E	-	-	-
Encoding	-	-	G	H
Decoding	-	-	A	-

Entre as duas metades do quadro (41) a semelhança é grande e sugere a possibilidade de uma representação mais compacta. Essa representação mais compacta é fácil de obter-se, ao invés de pensarmos as expressões Alice e eu como maneiras de fazer referência a determinados indivíduos, as encaramos ora como nomes de personagens, ora como nomes de intérpretes. (G), (H) e (A) superpõem-se então de maneira perfeita a (C), (D) e (E), respectivamente, no sentido de que qualquer que seja a situação ou o indivíduo considerado somente se revelam aceitáveis (análises de) orações que fazem coincidir o sujeito gramatical com o nome do intérprete; a possibilidade inversa - de o sujeito gramatical coincidir com o nome da personagem leva, invariavelmente, à inaceitabilidade. Anotemos essa primeira correlação de aspectos da interpretação e aspectos pouco usuais da concordância com ser:

(42) Sujeito de <u>ser</u>		
(= termo que determina a concordância de <u>ser</u>)	=	INTÉRPRETE
-----		-----
Predicativo do sujeito		PERSONAGEM

Há muito de surpreendente em (42) e nas observações que resume. Habitualmente, quando se transporta uma oração de uma situação para outra o que se altera é a denotação das expressões indiciais e/ou o valor de verdade: aqui o que parece afetado é nada menos que a gramaticalidade das próprias orações: volto a seguir a este problema, mostrando

que resulta da falta de rigor das minhas observações. Limitemo-nos por ora a observar que nos exemplos do quadro (40), ser se revela inescapavelmente assimétrico. Os parágrafos que seguem dedicam-se a esclarecer a natureza dessa assimetria estranha do verbo que exprime igualdade em Português.

Qual a origem dessa assimetria? A resposta mais óbvia consiste em apontar uma origem semântica, afirmando que as duas FNs que ladeiam ser, sujeito e predicativo, são a verbalização de dois papéis semânticos diferentes, a que podemos qualificar de personagem e intérprete, à falta de uma categoria mais abrangente. Esta hipótese é corroborada pela existência de vários fenômenos de concordância envolvendo o verbo ser que se deixam sistematizar de maneira paralela. Assim, exemplos como

- (43) a. A cara são essas poucas palhas / Essas poucas palhas são a cara
b. As multinacionais são a causa da inflação / A causa da inflação são as multinacionais
c. O conteúdo da carta eram as três frases que li para você / As três frases que li para você eram o conteúdo da carta.

às vezes lembrados pelas gramáticas escolares como exemplos bissextos de "concordância ideológica" (a expressão me soa engraçada hoje) ou "concordância (excepcional) com o predicativo", aceitam até onde foi possível verificar uma paráfrase mediante constituir, consistir, eis, não passar de e em certos dialetos representar; todas essas paráfrases são claramente assimétricas, sugerindo que cada um desses verbos tem associados a si dois casos semânticos diferentes numa ordem que lhe é própria:

- (44) a. A cara consiste nessas poucas palhas.
b. *Essas poucas palhas consistem na cara.
c. Essas poucas palhas constituem a cara.
d. *A cara constitui essas poucas palhas.
- (45) a. A cara não passa dessas poucas palhas.
b. *Essas poucas palhas não passam de cara.
- (46) a. As multinacionais: eis a causa da inflação.
b. *A causa da inflação: eis as multinacionais.

A mesma FN com que concorda ser em (43 a.-c.), isto é, o sujeito de ser (se nos ativermos à concordância como critério) aparece sistematicamente nas paráfrases como sujeito de constituir e representar, como objeto indireto de consistir, não passar de e eis, mas não vice-versa.

Estes últimos fatos são muito semelhantes àqueles que se têm alegado

para afirmar que um mesmo conjunto de casos semânticos (um mesmo "frame") se associa às construções 'A compra B de C por D', 'B vende C a A por D', 'C cobra D de A por B', etc. Parece legítimo tirar partido dessa semelhança e falar que as expressões que ladeiam consistir, etc. - e por tanto as expressões que ladeiam ser nos exemplos de (43) - verbalizam casos semânticos diferentes. Note-se que uma dessas expressões descreve um objeto em sua totalidade (ex. a cara de (44a)), e que a outra representa esse mesmo objeto numa visão fragmentada (ex. as palhas de (44a)). Parece legítimo portanto registrar mais uma correlação:

(47) Suj. de ser	FRAGMENTO
-----	-----
Pred. do suj.	GLOBALIDADE

(talvez seja ainda mais adequado chamar aos dois "casos" - "VISÃO FUNCIONAL DO OBJETO" e "VISÃO ESTRUTURAL DO OBJETO").

Os exemplos que vim examinando nesta segunda seção sugerem fortemente que 1) ser, o ser de igualdade que costuma ser apontado como paradigma de predicado simétrico, não é de fato simétrico; 2) Pode ser útil aplicar a ser, nos casos de assimetria, uma análise de casos: as hipóteses da gramática de casos aplicam-se naturalmente aos exemplos considerados, em particular a hipótese de que o sujeito gramatical corresponde a um caso profundo determinado, e que ao inverter a relação sujeito-objeto se inverte ipso-facto a relação que os referentes mantêm com os casos semânticos presentes no "frame". Nossa explicação, convém lembrar, consiste em sugerir que entre (48) e (49)

(48) Eu vou ser Alice

(49) Eu vai ser Alice

há uma diferença da mesma natureza que entre (50) e (51)

(50) Os romanos derrotaram os gauleses em Alésia.

(51) Os gauleses derrotaram os romanos em Alésia

Devernos aceitar esta explicação? Podermos generalizá-la a todos os empregos de ser de igualdade? Penso que há duas dificuldades a superar, que podem afetar fortemente nossa resposta:

- 1) A inversão dos papéis semânticos resulta normalmente em alterações do valor de verdade das orações em que é aplicada; não afeta, entretanto, o caráter gramatical ou agramatical das orações: ora, o quadro(41) foi pro-

posto como sistematização de relações de gramaticalidade; a nossa explicação, que resulta (se for correta) em distinguir valores de verdade, seria insuficiente;

- 2) Num grande número de construções que não considere aqui, a inversão das FNs que acompanham ser, é absolutamente inócua: considerem-se por exemplo

(52) Os acionistas são os responsáveis pela falência

(53) Os responsáveis pela falência são os acionistas

Não só não parece haver nenhuma diferença nocional (há, mas não é relevante nesta discussão, uma diferença de articulação Tema-Rera), mas parece não haver qualquer motivo para falar em uma diferença de casos associada à escolha do sujeito do predicativo.

É sensato propor uma mesma descrição para (48)-(49) e para (52) (53)?

A resposta que a primeira objeção merece corrobora a hipótese de que ser relaciona duas FNs que exprimem casos semânticos diferentes, e é a seguinte: ao associar as duas situações S_1 e S_2 às orações do quadro (40) caracterizei cada uma dessas situações de maneira tal que certas funções semânticas ficavam automaticamente excluídas: S_1 e S_2 foram construídas, entre outras coisas, como restrições contextuais ao papel semântico das FNs; por exemplo S_1 vale, entre outras coisas, como uma hipótese de que Alice não será entendido como intérprete, e sim como personagem. Ao perguntar no âmbito de cada uma dessas hipóteses pela gramaticalidade das orações em que as FNs desempenhariam, precisamente, o papel semântico proibido, e ao concluir que são agramaticais obteremos um resultado que não deve ser desprezado: a sintaxe da oração torna inescapável o papel semântico em questão. É um resultado importante, mas diferente dos juízos de gramaticalidade que a sintaxe habitualmente utiliza, e que são formulados sem qualquer restrição.¹ Estabelecendo-se por hipótese que o cordeiro de (54) não pode assumir o papel de agente, ou que o recém-nascido de (55) não pode assumir o papel de causador, (54) e (55) tornam-se agramaticais também, pelos mesmos motivos que as orações sobre Alice:

(54) O cordeiro matou os lobos com um balido nos tímpanos.

(55) O neném batizou o padre com um empurrão na água benta.

Em suma, a primeira das objeções consideradas não nos traz um verdadeiro problema; traz-nos, ao contrário, o que poderíamos chamar de exceção que confirma a regra.

A segunda dúvida é mais séria. Por que não aparece nenhuma diferença semântica que afete as condições de verdade quando se inverte a ordem dos constituintes em (52) e (53)?

(52) Os acionistas são os responsáveis pela falência.

(53) Os responsáveis pela falência são os acionistas.

Podem-se explorar várias linhas de resposta, para manter que mesmo nesses casos as FNs que acompanham ser exprimem papéis semânticos irreduzíveis: vejamos algumas.

Como não é certo que a relação sujeito-predicativo fique alterada pela modificação da ordem dos constituintes (o critério mais forte é a concordância, que aqui não se aplica), poder-se-ia dizer que o sujeito de ambas as orações é os acionistas (ou, se preferirmos, os responsáveis pela falência), e que por essa razão as relações semânticas se mantêm inalteradas. Parece preferível, entretanto, evitar essa solução e admitir como o faria qualquer criança de 5a. série - com uma "espontaneidade" que reflete na verdade a consciência de outros critérios - que o sujeito de (52) e (53) não é o mesmo, sem que por isso o sentido mude.

Uma segunda linha de investigação consiste em mostrar que a diferença de sentido resultante da inversão fica neutralizada em circunstâncias ou condições muito peculiares, acaso realizadas em (52) e (53): poder-se-ia por exemplo invocar o fato de que é praticamente impossível (ressalvada a hipótese de interpretações "intensionais") alterar o valor de verdade de orações cujo verbo exprime relação invertendo-se a ordem dos FNs que o acompanham se essas FNs identificam o mesmo indivíduo, cp.

(56) Nero mandou prender o imperador para deixar embaraçada a guarda pretoriana.

(57) O imperador mandou prender Nero para deixar embaraçada a guarda pretoriana.

Essas alternativas de explicação são pouco convincentes (pouco ao leitor outras elucubrações ainda menos razoáveis): a primeira é inverificável, e a segunda invoca como critério um tipo de oração - contendo 2 FNs correferenciais mas não reflexivas - que é absolutamente excepcional.

Reencontramos assim o mesmo dilema diante do qual nos havíamos detido no final da seção 1.: declarar que as duas FNs que acompanham o verbo simétrico exprimem casos semânticos diferentes apenas nos casos relativamente excepcionais em que um recurso gramatical suplementar - aqui a concordância - marca uma escolha (e assim perder a chance de um tratamento uniforme) ou salvar a unidade lexical do verbo por meio de hipóteses artificiosas. Há um tertius?

3. Ao trabalhar basicamente sobre predicados conversos (A é mais forte que B = B é mais fraco que A), Vogt desfaz um idéia corrente e simplista de sinonímia invocando

uma diferença irreduzível de condições de uso. Neste estudo, dediquei-me a duas ou três classes de predicados simétricos (A trabalha na mesma sala que B; B trabalha na mesma sala que A; A é B, B é A) e procurei mostrar que também a propósito destes últimos a idéia de sinonímia faz vistas grossas a uma quantidade de fatos.

Há muitos pontos comuns entre predicados conversos e predicados simétricos; mais exatamente (cp. Reichenbach, 1947) um predicado simétrico é aquele que é capaz de expressar uma relação e a relação conversa correspondente. Entretanto a saída proposta por Vogt - invocar diferenças nas condições de uso - não resolve nossos problemas aqui: os fatos que aponteí têm uma natureza evidentemente sistemática, semântica, e nosso problema é de formular a relação entre os empregos mais correntes de certas palavras ou construções - para os quais dispomos de uma descrição satisfatória - e certos empregos menos usuais.

À primeira vista, a situação é desesperadora (a confirmar que existem mais fatos lexicais, entre sintaxe e interpretação, do que sonha a última reforma do currículo). Mas embora a análise desenvolvida até aqui tenha permanecido em nível relativamente superficial, e os fatos considerados sejam pouco numerosos, uma tendência emerge: um predicado inocentemente simétrico revela-se problemático sempre que uma marca morfológica suplementar (a concordância no caso de ser; o acréscimo de é que nos demais casos) valoriza uma determinada posição sintática. Materiais lingüísticos com uma interpretação definida incorporam novos matizes de significação quando os marcamos formalmente para isso. Isto sugere uma espécie de reciclagem ou de bricolage - em última análise uma espécie de economia.

Estranhamente essa idéia de economia se assemelha a algo que Saussure tinha observado a propósito da mudança fonética: toda vez que a evolução fonética (ou outras causas) faz aparecer formas divergentes, as duas formas acabam por encarregar-se de uma diferença de sentido.

Se essa idéia de economia e reciclagem merece ser aprofundada, e corresponde a algo mais fundamental na natureza da língua (do ponto de vista estrutural e sempre no contexto de reflexão dominado pela figura de Saussure é espontâneo lembrar a tese da bi-planaridade; alternativamente, poder-se-ia pensar na simetria como protótipo, e nas marcas gramaticais que a afetam como "hedges"), ou não passa da recordação avulsa de uma leitura mal digerida: é um ponto - não o único - que fica por conta do leitor.

NOTAS

1. Uma questão importante, mas distinta, é a de saber se os juízos irrestritos de gramaticalidade têm qualquer presença no processo de interpretação tal como os falantes o realizam: minha impressão é que não, ou seja, que os falantes não deixam nunca de contar com hipóteses e informações paralelas - na verdade mais complexas

do que S_1 e S_2 no momento em que começam a interpretar uma oração. Provavelmente, uma das observações mais sábias sobre a confiabilidade teórica do conceito de gramaticalidade é a de Ducrot, para quem os juízos de gramaticalidade dependem fortemente de nossa capacidade de imaginar contextos em que as orações possam interpretar-se, e falar de gramaticalidade fora de situações concretas é apenas uma maneira insidiosa de esconder a importância dos fatores contextuais. Ao referir as orações do quadro (40) a S_1 e S_2 , o que fizemos foi, precisamente, mostrar a importância dos fatores contextuais na interpretação; e na discussão desses fatores deveria ter-se tornado claro também que certas orações que nos parecem ininterpretáveis quando referidas a um contexto "mais usual" - precisamente porque esse contexto inclui hipóteses que bloqueiam as únicas interpretações possíveis - são perfeitamente interpretáveis, e se revelam verdadeiras ou falsas em outros contextos.

BIBLIOGRAFIA

- DUCROT, D. Dire et ne pas dire. Paris, Hermann, 1972.
- HALLIDAY, M.A.K. Notes on transitivity and theme in English. Journal of Linguistics, (3): 199-244, 1967.
- ILARI, R. Estrutura funcional da frase portuguesa. UNICAMP, 1982. (Texto inédito)
- LAKOFF, G. Pronouns and reference. Bloomington. IULC, 1968. Parts I & II.
- REICHENBACH, H. Elements of symbolic logic. New York, Macmillan, 1947.
- DE SAUSSURE, F. Cours de linguistique générale. 2a. ed. Paris, Payot, 1922.
- VOGT, C.A. O intervalo serântico. São Paulo, Ática, 1977.
- _____, Linguagem, pragmática, ideologia. São Paulo, Hucitec, 1980.